

Atendimento inclusivo e segurança pública: a capacitação policial militar voltada ao atendimento de pessoas com deficiência e públicos neurodivergentes

Inclusive service and public safety: military police training aimed at assisting people with disabilities and neurodivergent individuals

Márcia de Andrade Albuquerque Silva Ribeiro¹
Marlon do Nascimento Cohen²

RESUMO

O presente artigo analisa a importância da capacitação policial voltada ao atendimento de pessoas com deficiência, indivíduos neurodivergentes e cidadãos em situação de vulnerabilidade no contexto da segurança pública contemporânea. O estudo objetiva discutir a necessidade de inserção de conteúdos e disciplinas voltadas ao atendimento policial inclusivo nos currículos de formação policial militar, utilizando a realidade institucional da Polícia Militar do Estado do Pará como recorte analítico da pesquisa, considerando a relevância da identificação comportamental, do gerenciamento de crises e da atuação policial humanizada em ocorrências complexas. A pesquisa possui natureza qualitativa e exploratória, fundamentando-se em revisão bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo realizada com policiais militares da ativa. Os resultados evidenciaram limitações relacionadas ao preparo técnico dos profissionais para atuação em ocorrências envolvendo pessoas com deficiência, transtornos mentais e transtornos do neurodesenvolvimento, bem como consenso acerca da necessidade de atualização curricular da formação policial militar. Conclui-se que a capacitação especializada contribui para a redução de conflitos operacionais, preservação da integridade física dos envolvidos, fortalecimento da defesa social

¹ Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia (IFPA), Especialista em Psicopedagogia (Faculdades Integradas Ipiranga) e Policial Militar da Ativa da PMPA.

² Bacharel em Serviço Social - (UFPA), Graduado em Licenciatura em Geografia (ETEP) e Especialista em Meio Ambiente (FaSouza) e Policial Militar da Ativa da PMPA.

e promoção de uma atuação policial mais técnica, humanizada e inclusiva.

Palavras-Chave: Educação especial; segurança pública; formação policial; atendimento inclusivo; defesa social; gerenciamento de crises.

ABSTRACT

This study analyzes the importance of including Special Education and Inclusive Public Safety practices in the training curriculum of military police officers, with emphasis on police approaches involving people with disabilities, neurodivergent individuals, and citizens in situations of behavioral vulnerability. The research discusses the contemporary challenges faced by public security professionals in crisis management and inclusive policing, considering the growing social demand for humanized, technically qualified, and rights-oriented police action. The study is characterized as qualitative, exploratory, and descriptive research, based on bibliographic review, document analysis, and field research conducted through questionnaires applied to active-duty military police officers. The findings indicate limitations in professional training related to crisis management, inclusive communication, and police practices involving vulnerable groups. The results also demonstrate recognition among participants regarding the need to modernize police training curricula by incorporating inclusive public safety practices and humanized conflict mediation strategies. The research concludes that strengthening police training in the fields of inclusion, human rights, and behavioral crisis management may contribute to improving operational decision-making, reducing institutional conflicts, and enhancing the legitimacy of police institutions within contemporary democratic society.

Keywords: Inclusive policing. Public security. Special education. Crisis management. Human rights. Neurodiversity.

1 INTRODUÇÃO

O crescimento das discussões relacionadas ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), à neurodiversidade e à inclusão social tem ampliado o debate acerca da preparação institucional dos órgãos de segurança pública para atuação

em ocorrências complexas envolvendo cidadãos em situação de vulnerabilidade comportamental. Nesse contexto, evidencia-se a importância da formação policial contemporânea voltada ao desenvolvimento de competência relacionadas à comunicação humanizada, ao gerenciamento de crises e ao atendimento inclusivo.

A segurança pública contemporânea exige das instituições policiais uma atuação cada vez mais técnica, preventiva e humanizada, especialmente diante da crescente complexidade das demandas sociais e da necessidade de proteção dos direitos fundamentais. Nesse contexto, torna-se indispensável discutir a preparação dos profissionais de segurança pública para o atendimento de pessoas com deficiência e transtornos do neurodesenvolvimento, especialmente indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e deficiência intelectual, condições que podem influenciar diretamente o comportamento, a comunicação e a interação durante ocorrências policiais.

A relevância da temática pode ser observada a partir de dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados no Censo Demográfico de 2022, os quais apontam que o Brasil possui aproximadamente 14,4 milhões de pessoas com deficiência, correspondendo a cerca de 7,3% da população com dois anos ou mais de idade. Paralelamente, observa-se o crescimento dos diagnósticos relacionados ao Transtorno do Espectro Autista e a outros transtornos do neurodesenvolvimento, ampliando o debate acerca do fortalecimento de políticas públicas voltadas ao atendimento inclusivo e à proteção de grupos vulneráveis.

Além da relevância estatística e social, diversos casos registrados no Brasil evidenciam os impactos da ausência de preparo técnico específico durante intervenções policiais envolvendo pessoas neurodivergentes ou em situação de vulnerabilidade. Em diferentes estados brasileiros, ocorrências envolvendo pessoas com autismo, transtornos mentais e crises psicológicas resultaram em denúncias relacionadas ao uso inadequado da força, falhas de comunicação e agravamento das ocorrências. Em muitos casos, comportamentos característicos dessas condições foram interpretados equivocadamente como resistência, desobediência ou ameaça, demonstrando dificuldades relacionadas à identificação comportamental e ao gerenciamento adequado da crise.

Nesse cenário, a limitação de capacitações específicas voltadas ao atendimento inclusivo pode comprometer significativamente a atuação policial, sobretudo em situações que exigem tomada de decisão rápida, interpretação comportamental e emprego proporcional da força. A insuficiência de conteúdos técnico-operacionais relacionados ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade pode aumentar os riscos operacionais, potencializar conflitos e ocasionar violações de direitos fundamentais, afetando tanto os cidadãos envolvidos quanto os próprios agentes de segurança pública.

Dessa forma, a inserção de conteúdos relacionados à Educação Especial e ao Atendimento Inclusivo nos cursos de formação, capacitação e aperfeiçoamento policial apresenta-se como importante instrumento de defesa social, prevenção de crises e fortalecimento da segurança pública inclusiva.

A proposta encontra respaldo nas diretrizes da Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública, elaborada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), a qual estabelece que a formação dos profissionais de segurança pública deve estar fundamentada nos direitos humanos, na cidadania, na valorização das diferenças e na proteção de grupos vulneráveis. Também se fundamenta na Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (Lei nº 13.675/2018), na Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (Lei nº 14.751/2023) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), dispositivos que reforçam a importância de formação técnico-profissional compatível com as demandas sociais contemporâneas.

No âmbito institucional, a pesquisa utiliza a realidade educacional da Polícia Militar do Estado do Pará como recorte analítico para discussão da formação policial contemporânea. Entretanto, a proposta apresentada não se limita ao contexto regional, considerando que a capacitação voltada ao atendimento inclusivo constitui demanda crescente das instituições policiais militares brasileiras.

O presente estudo tem como objetivo analisar a importância da capacitação policial voltada ao atendimento de pessoas com deficiência e transtornos do neurodesenvolvimento, discutindo a necessidade de inserção de conteúdos e disciplinas voltadas ao atendimento policial inclusivo nos currículos

de formação policial militar. A pesquisa caracteriza-se como estudo qualitativo, de natureza exploratória e bibliográfica, utilizando levantamento documental, revisão bibliográfica e aplicação de questionário semiestruturado a policiais militares da ativa, com a finalidade de identificar percepções acerca do preparo técnico-operacional para atuação em ocorrências envolvendo pessoas em situação de vulnerabilidade.

Diante desse contexto, surge o seguinte questionamento: a formação policial militar atualmente oferecida contempla, de forma suficiente, a preparação técnica necessária para o atendimento de pessoas com deficiência e transtornos do neurodesenvolvimento durante ocorrências policiais?

Partindo dessa problemática, o estudo defende que o fortalecimento curricular da formação policial militar, mediante inserção de conteúdos específicos relacionados à Educação Especial e ao Atendimento Inclusivo, pode contribuir para a redução de falhas operacionais, prevenção de crises, preservação da integridade física dos envolvidos e proteção dos direitos fundamentais. O estudo busca contribuir não apenas para ampliação das discussões acadêmicas sobre segurança pública inclusiva, mas também para formulação de estratégias institucionais voltadas ao aprimoramento da formação policial militar contemporânea.

OBJETIVOS DA PESQUISA

Objetivo Geral

Analisar a relevância da inserção de conteúdos relacionados à Educação Especial e ao Atendimento Inclusivo na formação policial militar contemporânea, considerando as demandas operacionais relacionadas ao gerenciamento de crises e ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade comportamental.

Objetivos específicos

- Identificar percepções de policiais militares acerca da preparação técnico-operacional para atendimento inclusivo;
- Verificar a existência de capacitação institucional relacionada ao gerenciamento de crises envolvendo pessoas neurodivergentes e pessoas com deficiência;
- Analisar possíveis impactos institucionais decorrentes da ausência de formação especializada;

- Discutir a necessidade de atualização curricular na formação policial militar contemporânea.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação Inclusiva e Direitos Humanos

A discussão acerca da inserção de conteúdos relacionados à Educação Especial e Atendimento Inclusivo na formação policial militar encontra respaldo em diferentes áreas do conhecimento, especialmente na educação inclusiva, nos direitos humanos e na proteção de grupos vulneráveis. A construção de uma atuação policial mais humanizada e preparada para lidar com públicos vulneráveis exige formação profissional compatível com as transformações sociais contemporâneas e com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, cidadania e inclusão social.

No campo da educação inclusiva, Maria Teresa Eglér Mantoan (2003) defende que a inclusão representa um processo de transformação das instituições e das práticas sociais, exigindo adaptação dos sistemas educacionais e profissionais para acolher a diversidade humana. Segundo a autora, “a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois atinge não apenas alunos, mas professores, pais e toda a comunidade escolar” (MANTOAN, 2003, p. 24). Dessa forma, o processo inclusivo e qualificação profissional para atuação diante das diferenças humanas.

Nesse mesmo entendimento, Romeu Kazumi Sassaki (1997) destaca que a inclusão social pressupõe a eliminação de barreiras institucionais, culturais e comportamentos que dificultem o exercício pleno da cidadania pelas pessoas com deficiência. Para o autor, “a inclusão social é o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais” (SASSAKI, 1997, p. 41). Assim, a construção de uma sociedade inclusiva exige desenvolvimento de mecanismos efetivos de acessibilidade e atendimento humanizado em todos os setores públicos, incluindo a segurança pública.

O conceito de neurodivergência também se mostra relevante para a presente discussão. O termo refere-se às variações naturais do funcionamento neurológico humano, abrangendo condições como Transtorno do Espectro

Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e outras formas de desenvolvimento cognitivo divergentes dos padrões considerados típicos. Nesse contexto, determinadas características comportamentais, sensoriais e comunicacionais podem influenciar diretamente a interação durante abordagens policiais, exigindo preparo técnico específico dos agentes de segurança pública para interpretação situacional adequada das ocorrências e adoção de condutas proporcionais e preventivas.

A perspectiva dos direitos humanos apresenta-se como fundamento essencial da pesquisa. Conforme Flávia Piovesan (2018), a proteção dos grupos vulneráveis constitui obrigação do Estado Democrático de Direito, especialmente no que se refere à garantia da dignidade humana e da igualdade material. A autora afirma que “os direitos humanos compõem uma unidade indivisível, interdependente e inter-relacionada” (PIOVESAN, 2018, p. 67), razão pela qual o atendimento policial adequado às pessoas com deficiência e transtornos do neurodesenvolvimento deve ser compreendido como medida de proteção social e preservação de direitos fundamentais.

Nesse contexto, observa-se que a discussão acerca da formação policial inclusiva não se restringe ao cenário brasileiro, constituindo pauta presente em diferentes modelos contemporâneos de segurança pública. Em âmbito internacional, diversos países vêm desenvolvendo protocolos voltados ao chamado inclusive policing ou autism-friendly policing, especialmente em ocorrências envolvendo pessoas com transtornos do neurodesenvolvimento, sofrimento psíquico e crises comportamentais. Nos Estados Unidos e no Reino Unido, programas de capacitação policial voltados à desescalada de conflitos, comunicação humanizada e gerenciamento de crises têm sido incorporados às políticas de segurança pública contemporânea, buscando reduzir riscos operacionais e ampliar a proteção de grupos vulneráveis. Tais iniciativas demonstram tendência internacional de fortalecimento da formação policial orientada pelos princípios dos direitos humanos, da proporcionalidade e da intervenção qualificada.

2.2 Segurança pública cidadã e formação policial

No âmbito da segurança pública, Ricardo Balestreri (1998) afirma que o profissional de segurança deve ser preparado não apenas para a repressão criminal, mas também para atuação cidadã, preventiva e mediadora de conflitos sociais. Segundo o autor, “o policial é, antes de tudo, um cidadão” (BALESTRERI, 1998, p. 11), razão pela qual a formação policial moderna necessita incorporar valores relacionados aos direitos humanos, à gestão de conflitos e à proteção das populações vulneráveis.

Complementando essa perspectiva, Luiz Eduardo Soares (2019) destaca que a segurança pública contemporânea exige qualificação técnica voltada à redução da violência institucional e ao fortalecimento da confiança entre polícia e sociedade. Para o autor, “não haverá segurança pública democrática sem uma polícia preparada para mediar conflitos e respeitar direitos” (SOARES, 2019, p. 103). A ausência de preparo específico diante de situações complexas pode gerar abordagens inadequadas, escalonamento de conflitos e violações de direitos, comprometendo a legitimidade institucional das corporações policiais.

A discussão também pode ser relacionada aos estudos sobre policiamento comunitário e uso proporcional da força. Conforme Herman Goldstein (2003), a atividade policial moderna deve priorizar soluções preventivas e resolução qualificada de problemas sociais complexos, exigindo preparo técnico compatível com diferentes contextos de vulnerabilidade e gerenciamento de crises. Nesse sentido, a capacitação especializada torna-se instrumento relevante para redução de riscos operacionais e fortalecimento da atuação preventiva da polícia.

No âmbito institucional, diferentes corporações policiais militares brasileiras vêm ampliando discussões relacionadas à formação humanizada, à proteção de grupos vulneráveis e à adequação curricular das ações formativas desenvolvidas na segurança pública. A própria Matriz Curricular Nacional da SENASP reforça a necessidade de formação profissional fundamentada nos direitos humanos, na cidadania e na valorização das diferenças sociais e humanas.

Nesse contexto, a presente pesquisa utiliza a realidade educacional da Polícia Militar do Estado do Pará como recorte analítico para compreensão das demandas relacionadas ao atendimento policial inclusivo, sem afastar a

compreensão de que tais desafios estão presentes em diferentes instituições policiais militares do país.

Os policiais militares que atuam no policiamento ostensivo e no atendimento primário das ocorrências mantêm contato direto e permanente com a população, incluindo pessoas com deficiência, indivíduos neurodivergentes e cidadãos em situação de vulnerabilidade social. Dessa forma, a preparação técnico-operacional adequada desses profissionais torna-se fundamental para prevenção de conflitos, gerenciamento proporcional de crises e redução de riscos decorrentes de interpretações inadequadas do contexto comportamental durante intervenções policiais.

2.3 Currículo e formação policial contemporânea

No campo curricular, José Gimeno Sacristán (2000) compreende o currículo como instrumento formativo diretamente relacionado às necessidades sociais e institucionais do contexto em que está inserido. Para o autor, “o currículo é uma práxis antes que um objeto estático” (SACRISTÁN, 2000, p. 15), razão pela qual a atualização curricular dos cursos de formação policial mostra-se necessária diante do crescimento das demandas relacionadas ao atendimento de pessoas com deficiência e transtornos do neurodesenvolvimento.

Além das contribuições teóricas, a Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública, elaborada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), estabelece que a formação policial deve estar fundamentada nos princípios dos direitos humanos, cidadania, valorização das diferenças e atuação humanizada. Entretanto, observa-se limitada abordagem específica relacionada à mediação de crises, ao atendimento policial inclusivo e à atuação em ocorrências envolvendo pessoas neurodivergentes ou com deficiência.

Apesar dos avanços observados nas diretrizes educacionais e na valorização da formação humanizada dos profissionais de segurança pública, verifica-se que ainda há limitada abordagem específica relacionada ao atendimento policial inclusivo, à mediação de crises envolvendo pessoas neurodivergentes e à atuação em ocorrências que demandam percepção

qualificada de situações de vulnerabilidade. Nesse contexto, a limitação de conteúdos voltados à educação especial e ao atendimento inclusivo pode comprometer a capacidade institucional de resposta diante de ocorrências complexas, aumentando os riscos de falhas operacionais, escalonamento de conflitos e violações de direitos fundamentais.

Dessa forma, a atualização curricular mostra-se necessária para o fortalecimento de uma atuação policial mais técnica, preventiva e compatível com os princípios constitucionais, humanitários e sociais da segurança pública contemporânea.

3 FORMAÇÃO POLICIAL MILITAR E ATENDIMENTO INCLUSIVO NA SEGURANÇA

3.1 Educação Inclusiva e Segurança Pública

A educação inclusiva constitui importante instrumento de promoção da cidadania e garantia de direitos fundamentais das pessoas em situação de vulnerabilidade e dos indivíduos com deficiência. No contexto da segurança pública, a necessidade de atendimento humanizado e tecnicamente adequado exige que os profissionais policiais possuam conhecimentos básicos relacionados à comunicação, à interpretação qualificada de comportamentos em situações de crise e ao gerenciamento de ocorrências envolvendo pessoas neurodivergentes e cidadãos com necessidades específicas.

Conforme Ricardo Balestreri (1998), a atividade policial moderna deve estar voltada não apenas à repressão criminal, mas também à mediação de conflitos e à proteção da dignidade humana. Nesse sentido, a atuação policial contemporânea não pode limitar-se às práticas repressivas tradicionais, devendo incorporar estratégias preventivas, técnicas de desescalonamento verbal e abordagens compatíveis com os princípios constitucionais dos direitos humanos e da defesa social. (Desescalonamento verbal: Conjunto de técnicas de comunicação utilizadas para reduzir o nível de tensão em situações de crise, buscando evitar o agravamento do conflito mediante diálogo estratégico, escuta ativa, controle emocional e emprego proporcional da linguagem.)

A ampliação das discussões relacionadas à inclusão social demonstra que o atendimento policial inadequado de pessoas com deficiência ou transtornos do neurodesenvolvimento pode gerar agravamento da ocorrência, escalonamento do uso da força e comprometimento da legitimidade institucional das corporações policiais. Assim, a capacitação profissional voltada ao atendimento inclusivo apresenta-se como importante mecanismo de redução de riscos operacionais, fortalecimento da atuação preventiva e ampliação da confiança entre política e sociedade.

3.2 Atendimento Policial e Gerenciamento de Crises

As ocorrências policiais envolvendo pessoas com deficiência, transtornos mentais ou alterações comportamentais exigem atuação diferenciada por parte dos agentes de segurança pública. Em muitos casos, comportamentos como desorientação, hipersensibilidade sensorial, dificuldade de comunicação, agitação psicomotora ou ausência de resposta imediata a comandos podem ser interpretados equivocadamente como resistência, desacato ou ameaça.

Segundo Luiz Eduardo Soares (2019), a ausência de preparo técnico diante de situações complexas pode resultar em abordagens inadequadas e aumento da violência institucional. No caso de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou em crise psicológica, fatores como excesso de estímulos sonoros, contato físico inesperado e comandos agressivos podem intensificar episódios de desregulação comportamental e escalonamento da crise. (² Desregulação comportamental: condição caracterizada por alterações emocionais, cognitivas ou sensoriais que podem comprometer temporariamente a capacidade de comunicação, autorregulação e resposta adequada a estímulos ambientais, especialmente em situações de crise, estresse ou sobrecarga sensorial.)

Nesse contexto, o gerenciamento de crises deve priorizar técnicas de contenção verbal, comunicação clara, redução de estímulos ambientais e preservação da integridade física dos envolvidos. A atuação preventiva e proporcional contribui para diminuição dos riscos operacionais e fortalecimento de uma segurança pública mais técnica e cidadã.

3.3 Formação Policial Militar e Atualização Curricular

A formação policial militar necessita acompanhar as transformações sociais e as novas demandas relacionadas à segurança pública contemporânea. Nesse contexto, observa-se movimento gradual de atualização das diretrizes educacionais voltadas à valorização dos direitos humanos, da atuação preventiva e da formação humanizada dos profissionais de segurança pública. A Matriz Curricular Nacional da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) estabelece princípios relacionados à cidadania, à valorização das diferenças, à proteção de grupos vulneráveis e à adequação das práticas formativas às demandas sociais contemporâneas.

Entretanto, ainda se observa limitada abordagem específica relacionada ao atendimento policial inclusivo, à interpretação qualificada de comportamentos em situações de crise e ao gerenciamento de ocorrências envolvendo pessoas neurodivergentes e indivíduos com deficiência. Nesse cenário, diferentes corporações policiais militares vêm ampliando discussões relacionadas à modernização curricular, à mediação de conflitos e ao gerenciamento de ocorrências complexas. A presente pesquisa utiliza a realidade educacional da Polícia Militar do Estado do Pará como recorte analítico para compreensão dessas demandas institucionais, sem afastar a compreensão de que tais desafios estão presentes em diferentes estados brasileiros.

Os policiais militares que atuam no policiamento ostensivo e no atendimento primário das ocorrências mantêm contato direto e permanente com a população, incluindo pessoas com deficiência, indivíduos neurodivergentes e cidadãos em situação de vulnerabilidade social. Dessa forma, a preparação técnico-operacional adequada desses profissionais torna-se fundamental para prevenção de conflitos, gerenciamento proporcional de crises e redução de falhas decorrentes de interpretações inadequadas durante intervenções policiais.

Diante desse contexto, a atualização curricular apresenta-se como medida necessária para fortalecimento da atuação policial preventiva e qualificação da resposta institucional em ocorrências complexas, contribuindo para redução de riscos operacionais, prevenção de situações de violência institucional e promoção de atuação mais técnica, humanizada e compatível com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da defesa social.

3.4 Proposta de Disciplina de Educação Especial e Atendimento Inclusivo

Considerando as demandas contemporâneas da segurança pública, propõe-se a inserção da disciplina de Educação Especial e Atendimento Inclusivo nos cursos de formação inicial, formação complementar e capacitação continuada da Polícia Militar. A proposta busca fortalecer a preparação técnica dos profissionais de segurança pública para atuação em ocorrências envolvendo pessoas com deficiência, indivíduos neurodivergentes e cidadãos em situação de vulnerabilidade social. A disciplina teria como finalidade desenvolver competências relacionadas à análise situacional de comportamentos que demandem abordagem diferenciada, técnicas de comunicação humanizada, gerenciamento de crises, uso proporcional da força e acionamento da rede institucional de apoio. Além disso, busca-se ampliar a capacidade técnico-operacional dos policiais militares para atuação preventiva e redução de conflitos em ocorrências complexas.

A proposta curricular também contempla conteúdos relacionados à educação inclusiva, direitos das pessoas com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento, abordagem policial inclusiva, mediação de conflitos e protocolos de atendimento especializado. A metodologia de ensino deverá priorizar abordagem teórico-prática, com utilização de estudos de caso, simulações operacionais, oficinas práticas e participação de profissionais especializados das áreas da saúde, assistência social e educação especial. A estrutura preliminar da disciplina proposta contempla conteúdos organizados em eixos temáticos voltados aos direitos humanos, educação inclusiva aplicada à segurança pública, noções sobre deficiência e neurodivergência, comunicação humanizada, mediação de conflitos e gerenciamento proporcional de crises.

A proposta também prevê utilização de metodologias ativas, estudos de caso e simulações operacionais, visando aproximar a formação acadêmica das situações concretas enfrentadas pelos profissionais da segurança pública no exercício cotidiano da atividade policial. Além da formação inicial, a proposta poderá ser adaptada aos cursos de aperfeiçoamento, capacitação continuada e formação complementar das corporações policiais militares, contribuindo para

atualização técnico-profissional permanente dos agentes de segurança pública diante das transformações sociais contemporâneas.

Como forma de materializar a proposta apresentada, elaborou-se sugestão preliminar de estrutura curricular para disciplina de Educação Especial e Atendimento Inclusivo aplicada à formação policial militar, contemplando objetivos formativos, conteúdos programáticos, metodologia e critérios de avaliação. O detalhamento da proposta encontra-se apresentado no Apêndice B deste estudo.

3.5 Sugestão de Protocolo de Atendimento Policial Inclusivo

Como forma de fortalecimento da atuação policial preventiva e redução de riscos operacionais, propõe-se a adoção de protocolo básico de atendimento policial inclusivo voltado a ocorrências envolvendo pessoas com deficiência, indivíduos neurodivergentes e cidadãos em situação de vulnerabilidade. O protocolo deverá contemplar procedimentos relacionados à percepção preliminar de sinais de vulnerabilidade comportamental, sem atribuição diagnóstica por parte do agente de segurança pública, bem como avaliação inicial da ocorrência, comunicação verbal adequada, redução de estímulos ambientais, preservação da integridade física dos envolvidos, uso proporcional da força e acionamento da rede institucional de apoio, incluindo órgãos especializados de saúde, assistência social e proteção da pessoa com deficiência.

Além disso, o protocolo poderá contribuir para padronização de procedimentos operacionais relacionados ao gerenciamento de crises, à mediação de conflitos e à atuação preventiva em situações que demandem abordagem diferenciada. A adoção de procedimentos específicos tende a reduzir riscos decorrentes de interpretações inadequadas do contexto comportamental da ocorrência, fortalecendo a segurança dos envolvidos e a legitimidade institucional da atividade policial. Dessa forma, a implementação de protocolos de atendimento policial inclusivo apresenta-se como medida compatível com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da proteção dos direitos fundamentais e da promoção de uma segurança pública mais técnica, preventiva e humanizada.

A presente pesquisa caracteriza-se como estudo de natureza qualitativa, exploratória e descritiva, fundamentado em revisão bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo. O estudo buscou analisar a relevância da inserção de conteúdos relacionados à Educação Especial e ao Atendimento Inclusivo nos currículos de formação policial militar, considerando as demandas contemporâneas da segurança pública e da proteção de grupos vulneráveis.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir da análise de livros, artigos científicos, legislações, documentos institucionais e produções acadêmicas relacionadas à educação inclusiva, direitos humanos, segurança pública, gerenciamento de crises e formação policial militar. Segundo Gil (2008), a pesquisa exploratória tem como finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema investigado, permitindo ampliação das discussões e construção de reflexões acerca do objeto estudado.

Além da revisão teórica, realizou-se pesquisa de campo de caráter qualitativo-descritivo mediante aplicação de questionário semiestruturado a policiais militares da ativa. O instrumento de coleta de dados foi composto por perguntas objetivas e descritivas relacionadas à capacitação profissional, percepção de preparo técnico-operacional, gerenciamento de crises, atendimento de pessoas com deficiência, indivíduos neurodivergentes e conhecimento acerca do acionamento da rede institucional de apoio em ocorrências envolvendo pessoas em situação de vulnerabilidade.

A amostra foi composta por 10 policiais militares selecionados por conveniência, considerando a acessibilidade dos participantes, o caráter exploratório da pesquisa e a limitação temporal para realização do estudo. Embora a amostra não permita generalizações estatísticas, os dados obtidos possibilitaram identificar percepções relevantes acerca das demandas relacionadas ao atendimento policial inclusivo e à formação profissional contemporânea.

Os participantes possuíam experiências profissionais diversificadas, incluindo atuação no policiamento ostensivo e participação em cursos de formação e capacitação institucional, contribuindo para ampliação da análise qualitativa da pesquisa. Os participantes da pesquisa foram convidados de forma

voluntária, sendo garantidos anonimato, confidencialidade das informações e utilização dos dados exclusivamente para fins acadêmicos. Não houve identificação individual dos colaboradores nem divulgação de informações institucionais sensíveis, preservando-se a integridade dos participantes e da instituição envolvida. A pesquisa observou os princípios éticos aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, respeitando a participação livre e consciente dos colaboradores.

Os dados obtidos foram analisados mediante abordagem qualitativa descritiva, utilizando interpretação temática das respostas coletadas e relacionando os resultados aos referenciais teóricos e aos objetivos da pesquisa. A análise buscou identificar possíveis lacunas relacionadas à preparação técnico-operacional dos profissionais de segurança pública para atuação em ocorrências envolvendo pessoas com deficiência, indivíduos neurodivergentes e cidadãos em situação de vulnerabilidade comportamental.

Considerando o caráter exploratório da pesquisa, o estudo não possui pretensão de generalização estatística, mas apresenta contribuições relevantes para o debate acadêmico acerca da formação policial contemporânea, do gerenciamento de crises e do fortalecimento de práticas institucionais voltadas ao atendimento inclusivo e à proteção de grupos vulneráveis.

4 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como estudo de natureza qualitativa, exploratória e descritiva, fundamentado em revisão bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo. O estudo buscou analisar a relevância da inserção de conteúdos relacionados à Educação Especial e ao Atendimento Inclusivo nos currículos de formação policial militar, considerando as demandas contemporâneas da segurança pública e da proteção de grupos vulneráveis.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir da análise de livros, artigos científicos, legislações, documentos institucionais e produções acadêmicas relacionadas à educação inclusiva, direitos humanos, segurança pública,

gerenciamento de crises e formação policial militar. Segundo Gil (2008), a pesquisa exploratória tem como finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema investigado, permitindo ampliação das discussões e construção de reflexões acerca do objeto estudado.

Além da revisão teórica, realizou-se pesquisa de campo de caráter qualitativo-descritivo mediante aplicação de questionário semiestruturado a policiais militares da ativa. O instrumento de coleta de dados foi composto por perguntas objetivas e descritivas relacionadas à capacitação profissional, percepção de preparo técnico-operacional, gerenciamento de crises, atendimento de pessoas com deficiência, indivíduos neurodivergentes e conhecimento acerca do acionamento da rede institucional de apoio em ocorrências envolvendo pessoas em situação de vulnerabilidade.

A amostra foi composta por 10 policiais militares selecionados por conveniência, considerando a acessibilidade dos participantes, o caráter exploratório da pesquisa e a limitação temporal para realização do estudo. Embora a amostra não permita generalizações estatísticas, os dados obtidos possibilitaram identificar percepções relevantes acerca das demandas relacionadas ao atendimento policial inclusivo e à formação profissional contemporânea.

Os participantes possuíam experiências profissionais diversificadas, incluindo atuação no policiamento ostensivo e participação em cursos de formação e capacitação institucional, contribuindo para ampliação da análise qualitativa da pesquisa.

Os participantes da pesquisa foram convidados de forma voluntária, sendo garantidos anonimato, confidencialidade das informações e utilização dos dados exclusivamente para fins acadêmicos. Não houve identificação individual dos colaboradores nem divulgação de informações institucionais sensíveis, preservando-se a integridade dos participantes e da instituição envolvida. A pesquisa observou os princípios éticos aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, respeitando a participação livre e consciente dos colaboradores.

Os dados obtidos foram analisados mediante abordagem qualitativa descritiva, utilizando interpretação temática das respostas coletadas e relacionando os resultados aos referenciais teóricos e aos objetivos da pesquisa. A análise buscou identificar possíveis lacunas relacionadas à preparação técnico-operacional

dos profissionais de segurança pública para atuação em ocorrências envolvendo pessoas com deficiência, indivíduos neurodivergentes e cidadãos em situação de vulnerabilidade comportamental.

Considerando o caráter exploratório da pesquisa, o estudo não possui pretensão de generalização estatística, mas apresenta contribuições relevantes para o debate acadêmico acerca da formação policial contemporânea, do gerenciamento de crises e do fortalecimento de práticas institucionais voltadas ao atendimento inclusivo e à proteção de grupos vulneráveis.

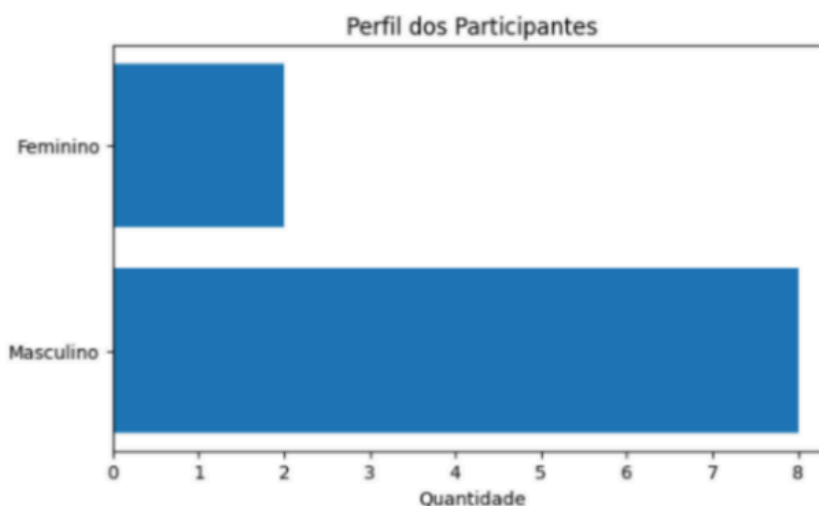
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Perfil dos Participantes da pesquisa

A presente pesquisa contou com participação de 10 policiais militares da ativa, os quais responderam questionário semiestruturado relacionado à formação policial, preparo técnico-operacional e atendimento de ocorrências envolvendo pessoas com deficiência, indivíduos neurodivergentes e cidadãos em situação de vulnerabilidade social.

A amostra contemplou profissionais com diferentes tempos de serviço e experiências operacionais, incluindo atuação no policiamento ostensivo e participação em cursos de formação e capacitações institucionais, possibilitando percepção diversificada acerca das demandas relacionadas ao atendimento policial inclusivo.

Gráfico 1 - Perfil dos participantes da pesquisa



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Conforme demonstrado no Gráfico 1, observou-se predominância de participantes do sexo masculino e com maior tempo de experiência profissional, aspecto relevante para compreensão das percepções apresentadas durante a pesquisa.

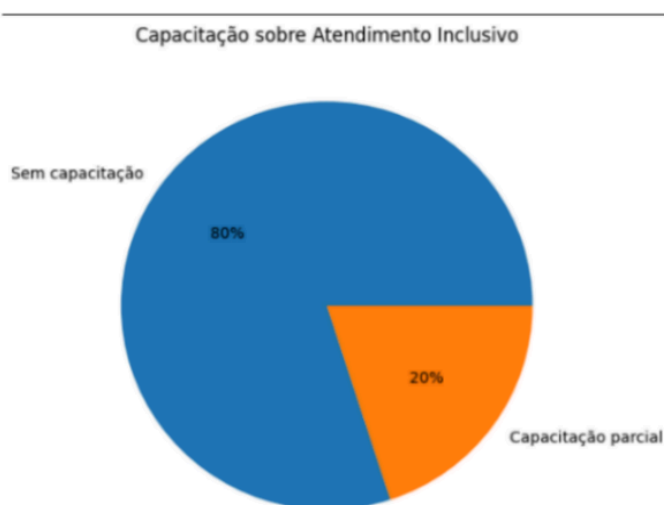
A diversidade de experiências profissionais contribuiu para ampliação da análise qualitativa da pesquisa, permitindo identificação de percepções relacionadas tanto à formação inicial quanto à prática operacional cotidiana.

5.2 Capacitação sobre Atendimento Inclusivo

Buscando compreender a existência de preparo institucional voltado ao atendimento policial inclusivo, os participantes foram questionados acerca da participação em treinamentos específicos relacionados ao atendimento de pessoas com deficiência, indivíduos neurodivergentes ou gerenciamento de crises envolvendo públicos vulneráveis.

Os resultados demonstraram que a maior parte dos participantes não recebeu capacitação específica durante os cursos de formação policial militar. Dos 10 policiais militares participantes da pesquisa, 7 participantes (70%) afirmaram não possuir capacitação específica relacionada ao atendimento policial inclusivo, enquanto 2 participantes (20%) relataram ter recebido orientações parciais sobre a temática e apenas 1 participante (10%) afirmou possuir algum tipo de capacitação específica.

Gráfico 2 - Capacitação sobre atendimento inclusivo



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Conforme demonstrado no Gráfico 2, observa-se predominância significativa de ausência de formação institucional voltada ao atendimento inclusivo no contexto da segurança pública.

Os participantes que afirmaram possuir contato parcial com a temática relataram que as orientações ocorreram de maneira pontual, geralmente por meio de palestras, instruções complementares ou experiências adquiridas durante o serviço operacional, sem aprofundamento técnico específico relacionado ao gerenciamento de crises envolvendo pessoas neurodivergentes ou cidadãos em situação de vulnerabilidade comportamental.

Os dados evidenciam limitação institucional relacionada à preparação dos profissionais de segurança pública para atuação em ocorrências que demandem comunicação diferenciada, interpretação comportamental qualificada e emprego proporcional da força. Tal cenário reforça a necessidade de fortalecimento curricular voltado ao atendimento policial inclusivo e à atuação preventiva em situações complexas.

5.3 Percepção sobre Preparo Técnico-Operacional

Além da análise acerca da existência de capacitação específica, buscou-se compreender como os próprios profissionais percebem sua preparação técnico-operacional diante de ocorrências envolvendo pessoas com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento ou situações de crise comportamental.

Os participantes foram questionados acerca da percepção de preparo técnico para atuação em ocorrências que demandem abordagem diferenciada, comunicação adequada e gerenciamento proporcional de crises.

Os resultados demonstraram que 6 participantes (60%) afirmaram não se sentir suficientemente preparados para atuar em ocorrências dessa natureza, enquanto 3 participantes (30%) declararam possuir preparo apenas parcial e apenas 1 participante (10%) afirmou sentir-se tecnicamente preparado para esse tipo de atendimento.

Gráfico 3 - Percepção sobre preparo técnico-operacional



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

O Gráfico 3 evidencia percepção predominante de insuficiência formativa relacionada ao gerenciamento de crises, à comunicação humanizada e à atuação operacional em ocorrências complexas.

Entre as principais dificuldades relatadas pelos participantes destacaram-se: dificuldade de comunicação durante situações de crise;

- ausência de treinamento específico;
- insegurança na tomada de decisão;
- limitação de conhecimentos sobre transtornos do neurodesenvolvimento;
- receio de agravamento involuntário da ocorrência.

Os relatos demonstram preocupação significativa quanto à possibilidade de interpretações inadequadas do contexto comportamental das ocorrências, especialmente em situações envolvendo agitação, hipersensibilidade sensorial, desorientação ou dificuldade de resposta imediata a comandos policiais.

Os dados obtidos reforçam as discussões apresentadas por Soares (2019), ao destacar que a ausência de preparo técnico adequado pode contribuir para o escalonamento de conflitos e aumento dos riscos operacionais durante intervenções policiais complexas.

5.4 Formação policial e demandas relacionadas ao atendimento inclusivo

Conforme demonstrado no Gráfico 4, 9 participantes (90%) consideraram necessária a inserção de conteúdos relacionados ao atendimento policial inclusivo, gerenciamento de crises e comunicação humanizada nos currículos de formação policial militar, enquanto apenas 1 participante (10%) declarou posição indiferente à proposta. Nenhum participante manifestou posicionamento contrário à atualização curricular voltada ao atendimento inclusivo.

Os dados demonstram elevado nível de concordância acerca da necessidade de modernização curricular da formação policial contemporânea, especialmente diante das demandas contemporâneas de proteção de grupos vulneráveis e gerenciamento de ocorrências complexas.

Gráfico 4 – Necessidade de atualização curricular voltada ao atendimento inclusivo



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A análise dos dados obtidos revela que a formação policial militar ainda permanece fortemente concentrada em conteúdos técnico-operacionais tradicionais, com limitada abordagem voltada ao gerenciamento de crises comportamentais, comunicação humanizada e interpretação situacional de vulnerabilidades sociais e cognitivas. Tal cenário evidencia possível descompasso entre a formação profissional atualmente ofertada e as demandas contemporâneas enfrentadas pelos profissionais de segurança pública no exercício cotidiano da atividade policial.

Nesse contexto, os relatos apresentados pelos participantes dialogam diretamente com as reflexões de Balestreri (1998), ao defender que a atividade policial moderna deve ultrapassar perspectivas exclusivamente repressivas, incorporando competências relacionadas à cidadania, à proteção dos direitos humanos e à mediação qualificada de conflitos sociais. A percepção de insegurança relatada pelos participantes diante de ocorrências complexas demonstra que a ausência de preparo específico pode comprometer tanto a eficiência operacional quanto a preservação da integridade física dos envolvidos.

Da mesma forma, os achados da pesquisa corroboram as discussões apresentadas por Soares (2019), especialmente ao destacar que a deficiência na formação policial voltada à gestão de conflitos e à compreensão das vulnerabilidades humanas pode contribuir para escalonamento de crises, uso inadequado da força e aumento da violência institucional. Em ocorrências envolvendo pessoas neurodivergentes ou em sofrimento psíquico, interpretações equivocadas de comportamentos relacionados à hipersensibilidade sensorial, desorientação ou dificuldade de comunicação podem gerar agravamento involuntário da intervenção policial.

Além das implicações operacionais, os resultados também evidenciam impactos institucionais relevantes. A ausência de capacitação especializada tende a aumentar riscos relacionados à responsabilização funcional, desgaste da imagem institucional e fragilização da relação de confiança entre polícia e sociedade. Em um contexto social marcado pela ampliação das discussões sobre direitos humanos, inclusão e controle da atividade policial, a preparação técnico-profissional adequada torna-se elemento estratégico para fortalecimento da legitimidade institucional das corporações policiais militares.

Observa-se ainda que os próprios participantes reconhecem a importância da modernização curricular da formação policial, especialmente diante do aumento das demandas relacionadas à saúde mental, neurodivergência e proteção de grupos vulneráveis. Tal percepção demonstra que a necessidade de atualização formativa não decorre apenas de exigências acadêmicas ou normativas, mas também das dificuldades práticas vivenciadas pelos profissionais no atendimento cotidiano das ocorrências.

Sob perspectiva institucional, a inserção de conteúdos relacionados à Educação Especial e Atendimento Inclusivo pode contribuir para fortalecimento da atuação preventiva da polícia, redução de conflitos operacionais e qualificação da tomada de decisão em cenários complexos. A adoção de protocolos específicos, capacitações continuadas e metodologias voltadas à comunicação humanizada tende a ampliar a capacidade de resposta institucional diante de ocorrências que demandam sensibilidade técnica, controle emocional e gerenciamento proporcional da crise.

Dessa forma, os resultados da pesquisa evidenciam que o fortalecimento curricular

da formação policial militar não deve ser compreendido apenas como ampliação de conteúdos pedagógicos, mas como medida estratégica de defesa social, preservação de direitos fundamentais e aperfeiçoamento institucional da segurança pública contemporânea.

5.5 Discussão dos Resultados

A análise integrada dos dados obtidos evidencia que a formação policial militar contemporânea ainda apresenta limitações relacionadas ao atendimento policial inclusivo e à preparação técnico-operacional para gerenciamento de ocorrências envolvendo pessoas em situação de vulnerabilidade.

Embora existam avanços institucionais relacionados à valorização dos direitos humanos e à formação humanizada dos profissionais de segurança pública, os resultados demonstram que tais conteúdos ainda possuem abordagem limitada diante das demandas operacionais contemporâneas.

Os relatos apresentados pelos participantes demonstram preocupação quanto à insegurança na tomada de decisão durante ocorrências envolvendo pessoas neurodivergentes, indivíduos com deficiência ou cidadãos em sofrimento psíquico, reforçando a necessidade de fortalecimento curricular voltado à atuação preventiva, à comunicação humanizada e ao gerenciamento proporcional de crises.

Os dados obtidos também demonstram que os próprios profissionais de segurança pública reconhecem a importância da capacitação especializada, especialmente diante do aumento das demandas sociais relacionadas à inclusão, saúde mental e proteção de grupos vulneráveis.

Nesse contexto, os resultados dialogam com as discussões apresentadas por Balestreri (1998) e Soares (2019), ao evidenciarem que a atuação policial contemporânea exige formação que ultrapasse práticas estritamente repressivas, incorporando competências relacionadas à mediação de conflitos, proteção da dignidade humana e prevenção de situações de violência institucional.

Dessa forma, a inserção de conteúdos relacionados à educação especial, atendimento policial inclusivo e gerenciamento de crises apresenta-se como medida relevante para fortalecimento da segurança pública contemporânea, redução de riscos operacionais e promoção de atuação policial mais técnica, preventiva, humanizada e compatível com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da defesa social.

Os resultados da pesquisa também reforçam a necessidade de desenvolvimento de protocolos institucionais específicos voltados à atuação policial em ocorrências envolvendo pessoas em situação de vulnerabilidade comportamental, possibilitando maior padronização

das condutas operacionais e redução de interpretações inadequadas durante intervenções policiais complexas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou analisar a relevância da inserção de conteúdos relacionados à Educação Especial e ao Atendimento Inclusivo na formação policial militar contemporânea, considerando as demandas operacionais relacionadas ao gerenciamento de crises e ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade comportamental. A partir da revisão bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo realizada com policiais militares, foi possível identificar percepções relevantes acerca das limitações existentes na preparação técnico-operacional voltada ao atendimento inclusivo no contexto da segurança pública.

Os resultados obtidos evidenciaram que parcela significativa dos participantes reconhece a necessidade de atualização curricular da formação policial militar, especialmente no que se refere ao gerenciamento de crises, comunicação humanizada, mediação de conflitos e atuação em ocorrências envolvendo pessoas com deficiência, indivíduos neurodivergentes e cidadãos em situação de sofrimento psíquico ou vulnerabilidade comportamental. Os dados também demonstraram percepção recorrente de insuficiência formativa relacionada à atuação policial em ocorrências complexas que demandam abordagem diferenciada e interpretação adequada de comportamentos atípicos.

A análise dos resultados permitiu compreender que a formação policial contemporânea ainda permanece fortemente concentrada em conteúdos técnico-operacionais tradicionais, apresentando limitações quanto ao desenvolvimento de competências relacionadas à inclusão, aos direitos humanos e à atuação preventiva em cenários de crise. Nesse contexto, o fortalecimento de práticas pedagógicas voltadas ao atendimento inclusivo pode contribuir não apenas para aprimoramento da atividade policial, mas também para redução de conflitos operacionais, preservação da integridade física dos envolvidos e fortalecimento da legitimidade institucional das corporações policiais militares.

Além das implicações operacionais, o estudo evidencia que a ampliação da capacitação profissional relacionada ao atendimento de grupos vulneráveis representa medida estratégica para consolidação de uma segurança pública mais humanizada, proporcional e alinhada às demandas sociais contemporâneas. A incorporação de conteúdos relacionados à neurodiversidade, Educação Especial, gerenciamento de crises e comunicação humanizada pode ampliar a capacidade institucional de resposta diante de ocorrências complexas, favorecendo tomadas de decisão mais qualificadas e intervenções mais seguras.

A pesquisa também possibilitou reflexão acerca da necessidade de modernização curricular nos cursos de formação e capacitação policial militar, especialmente diante do crescimento das demandas sociais relacionadas à inclusão, saúde mental e proteção de direitos fundamentais. Nesse sentido, a construção de políticas institucionais voltadas à capacitação continuada e ao desenvolvimento de protocolos específicos de atendimento inclusivo tende a contribuir para fortalecimento da atuação preventiva e qualificação da atividade policial contemporânea.

Considerando o caráter exploratório da pesquisa, o estudo não possui pretensão de generalização estatística, mas apresenta contribuições relevantes para o debate acadêmico acerca da formação policial contemporânea, do gerenciamento de crises e do fortalecimento de práticas institucionais voltadas ao atendimento inclusivo e à proteção de grupos vulneráveis.

Por fim, sugere-se que futuras pesquisas ampliem a análise acerca da formação policial inclusiva, utilizando amostras mais abrangentes e estudos comparados entre diferentes instituições de segurança pública, possibilitando aprofundamento científico sobre protocolos de gerenciamento de crises, policiamento inclusivo e práticas internacionais voltadas à proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade comportamental.

REFERÊNCIAS

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. Direitos humanos: coisa de polícia. Passo Fundo: CAPEC, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969. Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 1969.

BRASIL. Decreto Federal nº 88.777, de 30 de setembro de 1983. Aprova o Regulamento para as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares (R-200). Brasília, DF: Presidência da República, 1983.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 dez. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública e institui o Sistema

Único de Segurança Pública (SUSP). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 jun. 2018.

BRASIL. Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023. Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 dez. 2023. BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública. Brasília: SENASP, 2014. GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022: pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Heccus Editora, 2013.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

PARÁ. Constituição do Estado do Pará. Promulgada em 5 de outubro de 1989. Disponível em: <https://www.sistemas.pa.gov.br/sisleis/legislacao/228>. Acesso em: 29 out. 2025.

PARÁ. Lei nº 5.251, de 31 de julho de 1985. Dispõe sobre o Estatuto da Polícia Militar do Estado do Pará. Belém: Governo do Estado do Pará, 1985.

PARÁ. Lei nº 6.257, de 17 de novembro de 1999. Dispõe sobre a criação do Instituto de Ensino de Segurança do Pará (IESP). Belém: Governo do Estado do Pará, 1999.

PARÁ. Polícia Militar. Decreto nº 6.784, de 20 de abril de 1990. Cria a Diretoria de Ensino da Polícia Militar do Estado do Pará e a Academia de Polícia Militar “Cel. Fontoura”. Belém: PMPA, 1990.

PARÁ. Polícia Militar. Decreto nº 3.626, de 30 de agosto de 1999. Aprova o Regulamento da Academia de Polícia Militar “Cel. Fontoura”. Publicado no Aditamento ao Boletim Geral nº 181, de 22 set. 1999. Belém: PMPA, 1999.

PARÁ. Polícia Militar. Lei Complementar nº 053, de 7 de fevereiro de 2006. Dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Pará. Belém: PMPA, 2006.

PARÁ. Polícia Militar. Código de Ética e Disciplina da PMPA. Lei nº 6.833, de 13 de fevereiro de 2006. Belém: PMPA, 2006.

PARÁ. Polícia Militar. Diretriz Geral de Emprego Operacional da Polícia Militar do Pará (DGO/PMPA). Belém: PMPA, 2014.

PARÁ. Polícia Militar. Portaria nº 230/2021 – DGEC, de 17 de dezembro de 2021. Proíbe o emprego de expressões, canções e escritos que fomentem violência, apologia ao crime e desrespeito aos direitos humanos no âmbito do Sistema de Ensino da PMPA. Belém: PMPA, 2021.

PARÁ. Polícia Militar. Resolução nº 381/2024 – GAB CMDO/PMPA. Aprova a Diretriz-Geral de Educação da PMPA e suas instruções normativas. Publicada no Aditamento ao Boletim Geral nº 240, de 27 dez. 2024. Belém: PMPA, 2024.

PARÁ. Polícia Militar. Resolução nº 404/2025 – GAB CMDO/PMPA. Aprova a Malha Curricular do Curso de Formação de Praças – CFP PM 2026. Publicada no Boletim Geral nº 206, de 6 nov. 2025. Belém: PMPA, 2025.

PARÁ. Polícia Militar. Manual do Aluno da Academia de Polícia Militar “Cel. Fontoura”. Publicado no Aditamento ao Boletim Geral nº 68 II, de 9 abr. 2025. Belém: PMPA, 2025.

PARÁ. Polícia Militar. Projeto Pedagógico Formativo do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Pará (CFO PM 2026–2027). Publicado no Aditamento ao Boletim Geral nº 224 III, de 4 dez. 2025. Belém: PMPA, 2025.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

SACRISTÁN, José Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANT’ANNA, Ilza Martins. Por que avaliar? Como avaliar? Críticas e instrumentos. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SOARES, Luiz Eduardo. Segurança pública: presente e futuro. São Paulo: Contexto, 2019.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 16. ed. São Paulo: Libertad, 2006.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS POLICIAIS MILITARES

Questionário – Capacitação Policial e Atendimento Inclusivo O presente questionário possui finalidade exclusivamente acadêmica, integrando pesquisa relacionada à formação policial e ao atendimento de ocorrências envolvendo pessoas com deficiência, indivíduos neurodivergentes e cidadãos em situação de vulnerabilidade social. As respostas são anônimas e não haverá identificação pessoal dos participantes.

1. Durante sua formação policial inicial ou cursos realizados ao longo da carreira, você recebeu capacitação específica relacionada ao atendimento de ocorrências envolvendo pessoas com deficiência, indivíduos neurodivergentes ou situações de crise comportamental?

- Sim
- Parcialmente
- Não

2. Você considera possuir preparo técnico suficiente para atuação em ocorrências que demandem abordagem diferenciada envolvendo pessoas em situação de vulnerabilidade comportamental ou dificuldade de comunicação?

- Sim
- Parcialmente
- Não

3. Durante uma ocorrência policial envolvendo situação de crise, desorientação ou dificuldade de comunicação, você se sentiria seguro para realizar abordagem preventiva e proporcional visando redução de conflitos?

- Sim

Parcialmente

Não

4. Você possui conhecimento acerca dos procedimentos operacionais e órgãos especializados que podem ser acionados em ocorrências envolvendo pessoas em

31

situação de vulnerabilidade?

Sim

Parcialmente

Não

5. Você considera necessária a inserção de conteúdos ou disciplina específica relacionada ao atendimento policial inclusivo, gerenciamento de crises e comunicação humanizada nos cursos de formação e capacitação policial?

Sim

Não

Indiferente

APÊNDICE B

QUADRO 1 – Proposta de disciplina de Educação Especial e Atendimento Inclusivo aplicada à formação policial militar

Item	Descrição
Disciplina	Educação Especial e Atendimento Inclusivo
Carga Horária	30 horas
Objetivo Geral	Desenvolver conhecimentos básicos relacionados ao atendimento policial inclusivo, gerenciamento de crises, comunicação humanizada e atuação preventiva em ocorrências envolvendo pessoas com deficiência, indivíduos neurodivergentes e cidadãos em situação de vulnerabilidade.
Conteúdos programáticos	Direitos humanos e inclusão social; educação especial aplicada à segurança pública; noções sobre deficiência e neurodivergência; comunicação humanizada; gerenciamento de crises; desescalonamento verbal; atendimento policial inclusivo; acionamento da rede institucional de apoio; estudo de casos práticos.
Metodologia	Aulas expositivas dialogadas, estudos de caso, oficinas práticas, simulações operacionais e participação interdisciplinar de profissionais das áreas da saúde, assistência social e educação especial.
Avaliação	Participação em atividades práticas, resolução de estudos de caso e avaliação teórico-reflexiva sobre atendimento policial inclusivo.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

[3] Deslocamento Verbal: Conjunto de técnicas de comunicação utilizadas para reduzir o nível de tensão em situações de crise, buscando evitar o agravamento do conflito mediante diálogo estratégico, escuta ativa, controle emocional e emprego proporcional da linguagem.

[4] Desregulação comportamental: condição caracterizada por alterações emocionais, cognitivas ou sensoriais que podem comprometer temporariamente a capacidade de comunicação, autorregulação e resposta adequada a estímulos ambientais, especialmente em situações de crise, estresse ou sobrecarga sensorial.